

Veículo: A TARDE		Editoria: Política
Tipo: Impresso	Página: 10	Data: 15/02/2013

# A TARDE

## Polêmica Líder da situação na Assembleia Legislativa rebate e nega qualquer tipo de irregularidade

# Oposição acusa governo estadual de “maquiar” contas do ano passado

**Auditor afirma que números merecem análise do TCE**

**PATRICIA FRANÇA**

**REGINA BOCHICCHIO**

A oposição na Assembleia Legislativa acusa o governo de ter fechado as contas de 2012 “maquiando” um rombo de mais de R\$ 2,1 bilhões nos cofres do Estado. Para que o balanço fechasse no verde o governo teria usado recursos vinculados de convênios e transferências da União e de organismos internacionais.

A reportagem procurou o secretário da Fazenda, Luiz Pettinga, mas de acordo com informação de sua assessoria de imprensa, ele estava em reunião na Governadoria e não retornou o contato até o fechamento desta edição.

O líder governista, deputado Zé Neto (PT), admite que houve dificuldade com custeio e pessoal em 2012. Mas afirma que o governo fez tudo dentro da legalidade.

Os recursos vinculados só podem ser usados para a finalidade a que são destinados como saúde, educação. “A verba deixou de ser aplicada nessas áreas”, afirma o líder da oposição, Elmar Nascimento (PR). A prática é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de acordo com Secretaria Nacional do Tesouro (leia abaixo).

A oposição também protocolou representação no Ministério Público (MP-BA) contra o governador Jaques Wagner (PT) e o secretário Luiz Pettinga, por improbidade administrativa. Wagner estará hoje na Assembleia para a leitura da mensagem de 2013. A análise da oposição toma por base o relatório de gestão fiscal publicado no Diário Oficial do Estado do dia 30/01/2013.

**Fundeb**

Na prática, recursos disponíveis para serem aplicados no



“Custeio é maior do que arrecadação”, diz Nascimento



Pettinga vai apresentar balanço quadrimestral este mês

**A análise da oposição toma por base o relatório de gestão fiscal de 2012**

**Líder da situação, Zé Neto afirma que o governo age dentro da legalidade**

Estado e que somavam mais de R\$ 4,9 bilhões teriam servido para cobrir o buraco de R\$ 2,1 bilhões. Dessa forma, no fechamento das contas, os cofres do Estado aparecem com um saldo positivo de mais de R\$ 2,8 bilhões.

Teria entrado na soma dos recursos vinculados, usados supostamente para tapar o rombo financeiro, dinheiro do Fundeb no valor de R\$ 433 milhões. E recursos destinados à Saúde, nos valores de R\$ 41,7 milhões (para alta e média complexidade médica).

Verbas de operações de crédito aprovadas pelo Poder Legislativo ano passado, como Procofins (BID), no valor de R\$ 746,6 milhões e do Proinclusão (Bird), no valor de R\$ 715 milhões, também teriam sido usadas para compensar a su-

posta falta de caixa. O processo teria abrangido verbas do governo federal para obras do Programa de Aceleração do Crescimento e outros programas, que somam, juntos, mais de R\$ 700 milhões.

**Estresse**

O líder da oposição, Elmar Nascimento, afirma que é a segunda vez que a “maquiagem” acontece. Nas contas de 2011, o desvio teria sido de R\$ 1,9 bilhão.

Numa consulta à Secretaria Nacional do Tesouro sobre essa situação, a oposição obteve como resposta, em agosto de 2012, que a prática é vedada pela LRF. O Tesouro destacou que falava em tese e que não teria competência legal para analisar o caso da Bahia. Isso caberia ao Tribunal de Contas

do Estado e MP. “Insuficiências de caixa identificadas nos recursos vinculados podem ser cobertas por suficiência de caixa dos recursos não-vinculados (próprios). Todavia, o inverso é vedado pela LRF”, diz o documento do Tesouro.

“É uma forma de maquiar o balanço para encobrir o rombo que existe nas contas do Estado. O governo tem o custeio maior do que a arrecadação e a situação é preocupante”, afirma Elmar.

“Não há motivo para estresse porque está tudo legal. No balanço quadrimestral que será apresentado pelo secretário (da Fazenda) na Assembleia até final do mês isso tudo será esclarecido”, disse o líder governista, deputado Zé Neto (PT)

Consultado por A TARDE, o vice-presidente do Instituto de Auditores Fiscais da Bahia (IAF), Sérgio Furquim, disse que os números apresentados no Balanço de Gestão Fiscal do Estado merecem uma auditoria específica por parte do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Só com uma auditoria de caixa, diz o auditor, será possível confrontar os saldos registrados na contabilidade com os saldos apresentados nos relatórios para saber a extensão do suposto problema e identificar para que fontes os recursos carimbados foram destinados.

Analisando os valores do balanço, Furquim diz acreditar que o governo se valeu de “um artifício” contábil para utilizar recursos de fonte vinculada em outro tipo de despesa para “driblar” dificuldades de caixa.

No final do ano passado, mais de 60 fornecedores do governo do Estado bateram à porta da Secretaria da Fazenda porque estavam sem receber o pagamento regular desde o mês de agosto, gerando um débito, estimado por eles, à época, superior a R\$ 10 milhões.

**Tribunal**

A reportagem procurou o Tribunal de Contas do Estado para ouvir opinião técnica sobre o caso. Por meio de sua assessoria de comunicação, o órgão informou que as contas de governo do exercício 2012 ainda não foram enviadas pela Assembleia Legislativa ao Tribunal.

Informou, ainda, que “faz parte do escopo das auditorias das contas de governo auditor o balanço do Estado”. O relator das contas de governo de 2012 será o conselheiro Inaldo Araújo, vice-presidente do TCE.



Veículo: A TARDE		Editoria: Política
Tipo: Impresso	Página: 12	Data: 17/02/2013

# A TARDE

**PREFEITURA** O foco são empresas de outros municípios que atuam na capital

## Disputa por ISS deverá gerar batalha judicial

**JOÃO PEDRO PITOMBO**

O secretário da Fazenda de Salvador, Mauro Ricardo Costa, deve anunciar, já na próxima semana, a teor da Reforma Tributária que tem como principal objetivo potencializar a arrecadação do município.

Um dos seus principais focos serão empresas que prestam serviços na Capital, mas possuem sede em outros municípios e neles pagam o ISS (Imposto Sobre Serviços).

A disputa pelo tributo, no entanto, deverá gerar uma intensa batalha judicial entre o município e contribuintes, de acordo com economistas, tributaristas e auditores fiscais ouvidos por A TARDE.

A questão é complexa e tem sido alvo de intenso debate entre especialistas do setor. O recolhimento do ISS é regido pela Lei Complementar 166, de 2003. Contudo, os municípios interpretam a lei de maneira diferente e, não raro, as empresas tem o ISS cobrado por mais de uma cidade, o que caracteriza bitributação. Para não pagar o tributo duas vezes, as empresas acabam partindo para a Justiça.

Ex-secretário municipal da Fazenda, Reub Celestino prevê este cenário de intensa disputa na Justiça. Mas destaca que a busca de Salvador pelos recursos do ISS é justa. Outro ex-secretário da Fazenda do governo de João Henrique (PP), que pediu anonimato, afirma que, para ser viável, a proposta deve contar com o respaldo dos auditores.

“É uma medida que vai mexer com grandes empresas. Para ser efetiva, os auditores precisam ser sensibilizados e saber que terão retaguarda”.

Já o ex-vice-prefeito e hoje vereador Edvaldo Brito (PTB) afirma que a disputa pelo ISS com outros municípios pode não ter a devida efetividade. “Isso gera mais questão judicial do que resultado. O melhor seria partir para a adoção de critérios técnicos e diferenciados”, diz Brito, um renomado tributarista.

O advogado André Portella, especialista em Direito Tributário, recomenda cautela na

disputa pelo ISS com os outros municípios da Região Metropolitana. “Pode ser uma disputa desigual. Salvador sempre será mais forte nesta relação”, afirma.

Procurado pela reportagem para detalhar as mudanças, o secretário Mauro Ricardo Costa disse que não vai falar sobre o assunto até que o projeto seja enviado para a Câmara Municipal.

### Legislação

A lei que rege o ISS prevê que o imposto é devido para a cidade do local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador. Mas há exceções à regra.

André Portella defende o direito da cidade-sede da empresa recolher o ISS, salvo quando o serviço é presencial e tangível, como segurança particular e construção civil. Já Marco Viana, professor de direito tributário da Universidade Católica do Salvador, diz que defende a cobrança do ISS em favor da cidade onde o serviço é realizado: “É esta cidade que tem que arcar com os custos de fiscalizar a prestação deste serviço. Não seria justo ela não recolher”.

COLABOROU REGINA BOCHICHIO

## 785 mi

Este é o valor previsto no orçamento de 2013 para arrecadação com ISS. O tributo é a principal fonte de arrecadação do município

**Especialistas preveem dificuldades para mudanças no Imposto Sobre Serviços**



Vice-presidente do IAF, auditor Sérgio Furquim



Ex-secretário da Fazenda de Salvador, Reub Celestino



Edvaldo Brito é vereador pelo PTB e tributarista



O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, quer potencializar a arrecadação de Salvador

## Em São Paulo, Mauro propôs modelo de complementação

A expectativa é que a alteração das regras do ISS em Salvador siga os mesmos moldes do projeto apresentado ano passado pela Prefeitura de São Paulo, quando o secretário da Fazenda era Mauro Ricardo Costa.

A proposta prevê a adoção de um mecanismo para complementar a taxa paga por empresas que prestam serviço na capital, mas têm sede em outras cidades. Desta forma, a prefeitura devolveria a diferença entre o ISS cobrado em Salvador e que seria cobrado na cidade de origem da empresa.

A mudança incidiria em setores estratégicos, como bancos e planos de saúde, onde há forte perda de arrecadação para outras cidades.

### Bancos

O ex-secretário Reub Celestino defende a segmentação econômica. Para ele, a medida deve gerar resultados positivos, sobretudo com bancos e financeiras, que recolhem o tributo de determinados serviços nas cidades-sede – todas elas fora da Bahia.

“Neste aspecto os bancos são terríveis. Quando fui secretário, cheguei a fechar agências para combater essa prática”, afirma Celestino.

## Prefeitura adia plano para pagamento de dívidas de João

Uma das principais medidas anunciadas pelo prefeito ACM Neto (DEM) no segundo dia de governo, a suspensão temporária do pagamento das dívidas herdadas da administração João Henrique (PP) vai demorar um pouco mais para ser resolvida.

O decreto previa que a Secretaria Municipal da Fazenda apresentasse, em até 30 dias, uma proposta para pagamento dos compromissos financeiros. O prazo máximo seria atingido no dia 2 de fevereiro, mas acabou sendo prorrogado por mais 30 dias. Com isso, o novo prazo para apresentação da proposta ficou para 2 de março.

Segundo o chefe da Agência Geral de Comunicação, Roberto Messias, o prazo foi postergado porque a prefeitura identificou que o valor e a quantidade de dívidas deixadas pela gestão de João Henrique era ainda maior do que o constatado inicialmente.

## IPTU será incrementado com atualização do valor dos imóveis

A atualização da Planta Genérica de Valores dos imóveis será a principal medida a ser adotada pela prefeitura para alavancar a arrecadação com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

A medida, que demandará um forte trabalho da secretaria da Fazenda, é uma forma de aumentar o valor do tributo onde há defasagem, sem mexer no valor da alíquota.

Segundo o vice-presidente do Instituto de Auditores Fiscais da Bahia (IAF), Sérgio Furquim, a expectativa é que os principais afetados pela me-

didada sejam imóveis de classe média e classe média alta, sobretudo nos mais antigos, onde não houve uma atualização do valor venal. “Será uma medida impopular, mas necessária”, afirma

### Base de imóveis

Para o ex-secretário Reub Celestino, será necessário um profundo estudo da base de imóveis da cidade para atualizar o valor do IPTU.

Este trabalho chegou a ser iniciado ainda na gestão de Antônio Imbassahy. Mas foi interrompido com o rompi-

mento do contrato com a empresa que prestava o serviço. “A licitação foi correta, mas a empresa não foi competente no trabalho”, justifica Reub.

O vereador Edvaldo Brito defende a adoção de medidas que levem em conta não apenas o valor do imóvel, mas também da sua localização, do seu tipo de uso e também de uma subutilização do terreno.

Mas avisa: “Sou contrário a qualquer aumento de alíquota de tributo. Se a prefeitura for por este caminho, não contarei comigo”.